



A REPÚBLICA DEMOCRÁTICA (1945-1964) E A CONSOLIDAÇÃO DO SISTEMA ELEITORAL E PARTIDÁRIO BRASILEIRO

Marcos Jovino Asturian¹

Introdução

Este artigo tem como objetivo apresentar o período entre 1945 e 1964 como sendo um processo de construção de uma experiência democrática brasileira por meio da estruturação dos partidos políticos, do aperfeiçoamento dos mecanismos eleitorais e do povo como ator político. Para tanto, será realizada uma pesquisa bibliográfica no âmbito da história, da sociologia, bem como da ciência política.

O período do pós-45 foi de rápidas transformações políticas, sociais, econômicas e culturais, sendo que as elites do país passaram a lidar com algo novo: a necessidade de conquista de votos das camadas populares urbanas. Os partidos vão intensificar as relações entre o eleitor e o candidato, mas também a concorrência entre os próprios candidatos. Dada esta análise, parte-se para a conclusão que o sistema eleitoral e partidário estava se consolidando no país e, apesar das dificuldades, era uma experiência privilegiada nas suas circunstâncias para a implantação de clivagens duradouras na sociedade.

A República Democrática (1945-1964) e a consolidação do sistema eleitoral e partidário brasileiro

O Estado Novo (1937-1945),² desde o ingresso do país na II Guerra Mundial ao lado dos Aliados, passou a viver uma situação contraditória. De um lado, a guerra representava um

¹ Doutorando em Estudos Históricos Latino-Americanos pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS) PROSUP/CAPES e Mestre em História Regional pela Universidade de Passo Fundo (UPF). E-mail: marcos.asturian@iffarroupilha.edu.br

² Referente ao primeiro governo Vargas, ver: D'ARAÚJO, Maria Celina. [1998] *A era Vargas*. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2004. CARONE, Edgar. *A Segunda República (1930-1937)*. São Paulo: Difel, 1973. CARONE, Edgar. *O Estado Novo (1937-1945)*. São Paulo: Difel, 1977. Além disso, sobre a gênese do trabalhismo: autoritarismo e corporativismo sindical, cidadania e direitos sociais, a incorporação da classe trabalhadora enquanto ator relevante no cenário político nacional, etc. Ver: GOMES, Angela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. 3.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

significativo argumento para o governo adiar de forma indeterminada a transição para um regime mais aberto. De outro, as Forças Armadas brasileiras combatiam o nazi-fascismo na Europa e, no plano nacional, havia um Estado ditatorial. As oposições procuraram aproveitar o desgaste do governo Vargas, decorrente dessa contradição, para acelerar a abertura política. Enquanto isso, o governo estadonovista procurava uma estratégia para criar mecanismos de transição segura, ou seja, para manter o poder nas mãos de Vargas.

Nos primeiros meses de 1945, as articulações das oposições antigetulistas tornavam evidente o enfraquecimento do regime vigente. Além das manifestações antifascistas, também se realizaram congressos organizados por categorias profissionais que debatiam, sobretudo, temas políticos. O mais relevante, o I Congresso Brasileiro de Escritores, realizado no mês de janeiro daquele ano, reuniu nomes expressivos da intelectualidade do país que defendiam a legalidade democrática e a instalação de um governo eleito pelo povo por meio do voto universal direto e secreto.

Enfim, fatores internos e externos, fizeram com que fosse publicada, em 28 de fevereiro de 1945, a Lei Constitucional nº 9 (ou Ato Adicional), emendando a Constituição de 1937, a qual estabeleceu que dentro de noventa dias fossem marcadas eleições para presidente, governadores, Congresso Nacional e Assembleias Legislativas. Dentro desse prazo, o governo deveria elaborar a Lei Eleitoral e estruturar seu conseqüente aparelhamento. Portanto, elaborou-se o Decreto Lei nº 7.856, de 28 de maio de 1945, sendo que sua elaboração esteve a cargo do ministro da Justiça, Agamenon Magalhães, razão pela qual ficou conhecida como Lei Agamenon.

A Lei Agamenon definiu o voto secreto e obrigatório, bem como o sufrágio universal. Também se exigia que os partidos apresentassem, para obtenção do registro, a adesão de dez mil eleitores distribuídos em, pelo menos, cinco estados: cada um com, no mínimo, quinhentos adeptos, bem como personalidade jurídica de acordo com o Código Civil. A obrigatoriedade – criticada pela oposição – favorecia o partido do governo, o qual, por meio das interventorias, detinha articulações nacionais, em detrimento das demais siglas.³

Além disso, de acordo com Maria do Carmo Campello de Souza,⁴ pelo novo Código: a) o Tribunal Superior Eleitoral detinha prerrogativas para negar o registro de partidos que fossem contrários aos princípios democráticos⁵; b) os candidatos, só poderiam concorrer se registrados por partidos ou alianças de partidos; c) sobre a representação proporcional, o quociente eleitoral seria definido pela soma dos votos válidos, bem como dos votos em branco, dividida pelo número de

³ SOUZA, Maria do Carmo Campello de. *Estado e Partidos Políticos no Brasil (1930 a 1964)*. São Paulo: Alfa-Omega, 1983.

⁴ *Idem*, p. 111-124.

⁵ Dispositivo acionado – posteriormente – no processo de cassação do registro do Partido Comunista Brasileiro em 1947.

cadeiras a ser preenchido. A representação de cada partido seria determinada pela divisão de sua votação pelo quociente eleitoral. A ocupação dos lugares não preenchidos por tal critério dar-se-ia por meio do mecanismo de sobras, ou seja, as vagas ficariam com o partido de maior número no respectivo pleito; d) foi permitido o alistamento *ex-officio*⁶ – que vigorou até 1950 – permitindo o registro de bloco de eleitores feito com base em listas preparadas por organizações às quais essas pessoas pertencessem, como agências governamentais ou empregadores.

A Lei Agamenon reconhecia o voto dos operários de maneira efetiva e favorecia a participação eleitoral, bem como o cadastramento dos eleitores urbanos em detrimento dos rurais. Getúlio Vargas buscava impedir sistematicamente o retorno dos segmentos conservadores/rurais ao poder político, favorecendo o espaço urbano industrial. Destarte, excluir os analfabetos do direito de votar, reforçaria os partidos de centro-esquerda nas zonas urbanas onde as taxas de alfabetização eram mais altas.⁷

A Constituição de 1946 ratificou o impedimento do analfabeto ao voto. Um aspecto realmente restritivo ao exercício da cidadania, considerando que o contingente populacional de analfabetos no país era de 48% em 1950.⁸ A carta magna previa que o alistamento e o voto – direto e secreto – eram obrigatórios para os brasileiros de ambos os sexos. Todavia, não eram alistáveis/elegíveis – além dos analfabetos – os que não soubessem exprimir a língua nacional, os que estivessem privados, temporária ou definitivamente, dos direitos políticos, as *praças de pré* – salvo os aspirantes a oficial, os suboficiais, os subtenentes, os sargentos e os alunos das escolas militares de ensino superior.

Para o historiador José Murilo de Carvalho,⁹

A Constituição confirmou também a justiça eleitoral, constituída de um Tribunal Superior Eleitoral na capital federal, e tribunais regionais nas capitais dos estados. Cabia à justiça eleitoral decidir sobre todos os assuntos pertinentes à organização de partidos políticos, alistamento, votação e reconhecimento dos eleitos. Todo o processo ficava, assim, nas mãos de juizes profissionais, reduzindo, embora não eliminando, as possibilidades de fraude. Essa legislação não sofreu modificações até 1964 [...].

⁶ [...] Um novo código foi promulgado em 1950, e é o que continuou em vigor até 1964. Por ele, o alistamento deixou de ser *ex-officio*: todo cidadão alfabetizado e maior de 18 anos era obrigado a ir até o cartório eleitoral para tirar o título de eleitor. Na prática, significou um trabalho de recrutamento feito pelos partidos [...] CÂNEDO, Leticia Bicalho. Democracia: aprendendo a votar. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *História da cidadania*. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2012, p. 539.

⁷ FRENCH, John D. Los trabajadores industriales y el nacimiento de la República Populista en Brasil, 1945-1946. In: MACKINNON, Maria Moira; PETRONE, Mario Alberto (Orgs.). *Populismo e neopopulismo en América Latina*: el problema de la Cenicienta. Buenos Aires: Eudeba, 1998, p. 60-61.

⁸ CÂNEDO, Op. Cit., p. 539.

⁹ CARVALHO, José Murilo. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 15. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012, p. 145.

Apesar das limitações, a partir de 1945 a participação do povo na política aumentou significativamente, tanto pelo aspecto eleitoral quanto pela ação política organizada em partidos, ligas camponesas e outras associações. O aumento da participação nas eleições pode ser observado pelos números. Em 1930, os eleitores não passavam de 5,6% da população. Na eleição presidencial de 1945, chegaram a 13,4%. Em 1950, já foram 15,9%. Em números absolutos, os votantes saltaram de 1,8 milhão em 1930 para 12,5 milhões em 1960.¹⁰

As práticas eleitorais estavam longe da perfeição, pois a fraude era facilitada por não haver cédula oficial para votar. Segundo, Leticia Bicalho Canêdo:¹¹ “[...] As cédulas eram distribuídas já impressas pelos partidos e candidatos, facilitando a coação dos eleitores pelos cabos eleitorais”. Portanto, os próprios candidatos distribuía suas cédulas. Isso facilitava irregularidades, porque o eleitor podia ser ludibriado com a troca ou anulação de cédulas por cabos eleitorais. A partir de 1955, um dispositivo material foi incluído na legislação: a cédula oficial única¹². “[...] Coube à justiça eleitoral confeccioná-la e distribuí-la para ser preenchida, pelo eleitor, na cabine indevassável [...]”.¹³

O fim do Estado Novo e a deposição de Getúlio Vargas representaram um período de efervescência política no país: a democratização. Opta-se por não utilizar o termo “redemocratização”, pois do ponto de vista histórico é um conceito discutível, uma vez que em períodos anteriores ao Estado Novo, os regimes liberais eram significativamente limitados; em tese democráticos, porém, oligárquicos na realidade. Contudo, cabe ressaltar que reconhecemos as limitações do período democrático (1945-1964), tendo em vista que os analfabetos, os cabos e soldados permaneceram à margem do pleito.¹⁴

O processo de democratização não representou um corte abrupto na história política brasileira e as estruturas estadonovistas permaneceram no período democrático (1945-1964). De acordo com Maria do Carmo Campello de Souza,

O advento do pluralismo partidário, de eleições diretas, e o retorno à separação formal dos poderes do Estado [...] foram superpostos ou acoplados à estrutura anterior, marcada pelo sistema de interventorias, por um arcabouço sindical corporativista, pela presença de uma burocracia estatal detentora de importante capacidade decisória [...]¹⁵

¹⁰ Idem, p. 146.

¹¹ CÂNEDO, Op. Cit., p. 539.

¹² Ressalta-se, observando o recorte temporal da pesquisa – de 1946 a 1954 – que nas disputas eleitorais inexistia a cédula eleitoral única.

¹³ CÂNEDO, Op. Cit., p. 539.

¹⁴ FELIZARDO, Joaquim. *Partidos Políticos e Eleições no Brasil*. Porto Alegre: Vozes, 1982, p. 6.

¹⁵ SOUZA, Op. Cit., p. 105-106.

Angela de Castro Gomes e Jorge Ferreira¹⁶, os autores da obra 1964, reconheceram no período entre 1945 e 1964 a construção de uma experiência democrática brasileira por meio da consolidação dos partidos políticos, do aperfeiçoamento dos mecanismos eleitorais e do povo como ator político. Por exemplo, o Partido Comunista, mesmo na ilegalidade, se fazia representar em diversas agremiações partidárias e tinha presença significativa nas atividades sindicais.

Ambos os historiadores já haviam sistematizado, em estudos anteriores, a importância do período de 1945 a 1964 para a formação de culturas políticas enraizadas na sociedade brasileira. Jorge Ferreira¹⁷denomina o respectivo período de *República Democrática*. “Pela primeira vez na história do país, surgiram e se fortaleceram partidos políticos nacionais com programas ideológicos definidos e identificados com o eleitorado”.¹⁸ De acordo com o mesmo historiador havia um processo de consolidação de projetos políticos na política brasileira: “Projetos existiam, e a população os reconhecia. Em um lado do espectro político, o nacional-estatismo de trabalhistas e comunistas; de outro, o liberalismo conservador da UDN”.¹⁹

As eleições, nas três esferas, tornaram-se sistemáticas e periódicas, contribuindo para consolidar “[...] um sistema partidário nacional que expressava as diferentes correntes de opinião do eleitorado”.²⁰Para Angela de Castro Gomes, a experiência liberal-democrática de 1945-1964 propiciou um “[...] aprendizado da política eleitoral, em novos e mais amplos marcos”.²¹

Ainda, segundo Angela de Castro Gomes, tal experiência caminhava bastante bem quando foi interrompida, em 1964, pois do ponto de vista da prática da cidadania política, ela dirigia-se rumo à consolidação dos partidos políticos nacionais, com os quais os cidadãos, de forma crescente, se identificavam.²²

Conforme Douglas Souza Angeli²³ os dois autores se baseiam no cientista político Antônio Lavareda, para quem o sistema partidário-eleitoral estava se consolidando no Brasil entre 1945 e

¹⁶ FERREIRA, Jorge; GOMES, Angela de Castro. *1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

¹⁷ FERREIRA, Jorge. Os conceitos e seus lugares: trabalhismo, nacional-estatismo e populismo. In: BASTOS, Pedro Paulo Zahluth; FONSECA, Pedro Cezar Dutra (Orgs.). *A Era Vargas: desenvolvimentismo, economia e sociedade*. São Paulo: UNESP, 2012, p. 318.

¹⁸ FERREIRA, Jorge (org.). *O Rio de Janeiro nos jornais: ideologias, culturas políticas e conflitos sociais*. Rio de Janeiro: 7 letras, 2011, p. 9.

¹⁹ FERREIRA, Jorge. Os conceitos e seus lugares: trabalhismo, nacional-estatismo e populismo. In: BASTOS, Pedro Paulo Zahluth; FONSECA, Pedro Cezar Dutra (Orgs.). *A Era Vargas: desenvolvimentismo, economia e sociedade*. São Paulo: UNESP, 2012, p. 316.

²⁰ FERREIRA, Jorge (org.). *O Rio de Janeiro nos jornais: ideologias, culturas políticas e conflitos sociais*. Rio de Janeiro: 7 letras, 2011, p. 9.

²¹ GOMES, Angela de Castro. Jango e a República de 1945-64: da República Populista à Terceira República. In: SOIHET, Rachel [et al]. *Mitos, projetos e práticas políticas: memória e historiografia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 36.

²² Idem, p. 48.

²³ ANGELI, Douglas Souza. Do populismo à experiência democrática: a incorporação dos trabalhadores urbanos ao cenário político brasileiro. *Estudios Históricos*. Montevideú, n. 17, 2016.

1964 e, apesar das dificuldades, “era uma experiência privilegiada nas suas circunstâncias para a implantação de clivagens duradouras na sociedade.”²⁴

Segundo o cientista político Octaciano da Costa Nogueira Filho,²⁵ as condições necessárias e suficientes para a existência da democracia representativa são quatro: (1) eleições periódicas; (2) livres; (3) competitivas e (4) não manipuladas²⁶. “Dessa forma, numa democracia eleitoral, o poder político baseia-se no voto, e o seu potencial é função da capacidade de aglutinar maior número de votos em torno de uma vontade política [...]”²⁷.

Nessa altura, tornam-se necessários – mesmo que o objetivo do presente artigo não seja à compreensão do conceito de populismo – alguns apontamentos introdutórios acerca da sua aplicabilidade nos estudos históricos. O populismo tem um papel central na política do Brasil no século XX, isto é, utilizado, durante muitos anos, como chave explicativa do período de 1945 a 1964. Todavia, a diversidade de significados implica em uma imprecisão teórica sobre esse conceito.

Historiadores como Angela de Castro Gomes e Jorge Ferreira, fundamentados pelo conceito de cultura política²⁸, criticam a utilização da categoria populismo, por autores como Octávio Ianni²⁹ e Francisco Weffort³⁰, para a análise do período entre 1930 a 1964, principalmente em função do estigma semântico profundamente pejorativo que ele obteve ao longo do tempo. “[...] Adotam, pois,

²⁴ LAVAREDA, Antonio. *A democracia nas urnas: o processo partidário eleitoral brasileiro*. Rio de Janeiro: Rio Fundo; IUPERJ, 1991, p. 170.

²⁵ FILHO, Octaciano da Costa Nogueira. *Sistemas políticos e o modelo brasileiro*. 2. ed. Brasília: Senado Federal, Unilegis, 2012, p. 51.

²⁶ “[...] Com relação a esse último requisito, é preciso ter em conta, porém, que nas sociedades de massa, como a maioria das contemporâneas, sempre haverá um certo grau de manipulação tolerável, decorrente, por exemplo, da liberdade de informação, do uso da propaganda legítima e de recursos como o *marketing*, largamente utilizado e admitido nos processos eleitorais [...]” FILHO, Op. Cit., p. 51-52.

²⁷ FIGUEIREDO, Marcus. *A decisão do voto: democracia e racionalidade*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2008, p. 216.

²⁸ “[...] no campo da História desde meados dos anos 1980, em especial por trabalhos que incorporaram o enfoque cultural nas suas análises sobre a política brasileira. Influenciadas pela corrente historiográfica da chamada história cultural – através dos trabalhos de Carlo Ginzburg, Roger Chartier, Robert Darnton, Peter Burke, entre outros –, e pelo historiador inglês Edward Thompson, tais críticas trouxeram o debate sobre a produção de ideias e os lugares onde ela ocorre. Mais especificamente, argumentam que os subalternos não são meros receptores das ideias produzidas entre as classes dominantes; ao contrário, também são produtores de códigos comportamentais, crenças e valores que, combinados, formam a cultura popular. Novos conceitos, como circularidade cultural, apropriação e resistência cultural passam a fazer parte dos estudos políticos no Brasil. Assim, não apenas as interpretações a respeito do conceito de populismo passaram a ser questionadas, quer dizer, a “coisa”, o fenômeno histórico, mas também o “nome”, o próprio conceito em si”. CRUZ, João Batista Carvalho da. *Da formação ao desafio das urnas: o PTB e seus adversários nas eleições estaduais de 1947 no Rio Grande do Sul*. Dissertação (Mestrado), Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, São Leopoldo, RS, 2010, p. 19.

²⁹ IANNI, Octávio. *O colapso do populismo no Brasil*. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994.

³⁰ WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

em seus estudos, a categoria trabalhismo, entendida como uma tradição pertencente à cultura política brasileira.”³¹

Jorge Ferreira não pretende substituir o conceito de populismo pelo conceito de trabalhismo. Portanto, o objetivo é compreender o período da experiência democrática considerando a especificidade, bem como a historicidade dos projetos e dos atores políticos daquele período. Em suma, a proposta é denominar os protagonistas do passado pelos termos que eram utilizados para referenciá-los na época: udenistas, trabalhistas, comunistas, entre outros. Nas palavras do próprio historiador: “[...] Alguns tomam as reflexões de Angela e as minhas sobre populismo e trabalhismo de maneira equivocada [...] dizer que defendemos a substituição do conceito de populismo pelo de trabalhismo. Em nenhum de nossos textos existe a proposta de substituir um termo pelo outro. Até porque trata-se de um erro [...]”³²

Em relação aos trabalhos de Jorge Ferreira e de Angela de Castro Gomes, o historiador Alexandre Fortes ressalta a importante contribuição dos estudos para fins de compreensão do período pós-1945. Apesar das contradições e limites entre trabalhismo e organização operária, não deve, entretanto, nos levar a minimizar que o espaço institucional permitia a expressão política dos trabalhadores. Também ocorrem transformações concernentes aos avanços reais na incorporação dos trabalhadores à cidadania, bem como na conquista de direitos sociais. Todavia, é necessário observar: “[...] à via autoritária como foi construída a base institucional sobre a qual a experiência populista veio a se desenvolver, deixando sobre ela suas marcas indeléveis.”³³

O período do pós-45 foi de rápidas transformações políticas, sociais, econômicas e culturais, sendo que as elites do país passaram a lidar com algo novo, ou seja, a necessidade de conquista de votos das camadas populares urbanas. Os partidos vão intensificar as relações entre o eleitor e o candidato, mas também a concorrência entre os próprios candidatos. “[...] Não resta dúvida de que o exercício dos direitos civis e políticos alcançaram novo patamar no período [...]”³⁴

Os partidos, desde então, começam a desempenhar um papel fundamental para a mobilização eleitoral. Primeiro porque difundem um interesse específico pelas questões políticas. Para tal, reúnem o eleitorado em torno de plataformas, representadas por siglas e símbolos facilmente identificáveis, que indicam maneiras de agir e pensar. Votar passa a ser, cada vez mais, a capacidade de qualificar candidaturas politicamente construídas [...] No lugar das assembleias

³¹ BOMBARDELLI, Maura. *A trajetória de Fernando Ferrari no PTB: da Formação do Partido ao “Trabalhismo Renovador” (1945-1960)*. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, RS, 2016, p. 12.

³² FERREIRA, Jorge. Os conceitos e seus lugares: trabalhismo, nacional-estatismo e populismo. In: BASTOS, Pedro Paulo Zahluth; FONSECA, Pedro Cezar Dutra (Org.). *A Era Vargas: desenvolvimentismo, economia e sociedade*. São Paulo: UNESP, 2012, p. 319.

³³ FORTES, Alexandre. O Estado Novo e os trabalhadores: a construção de um corporativismo latino-americano. *Locus*, v. 13, p. 61-86, 2007, p. 81.

³⁴ CÂNEDO, Op. Cit., p. 483.

quase secretas dos homens bons, de poder social e político, isto é, dos notáveis, aparece a necessidade de se construir uma popularidade eleitoral [...] Com isso surge a indústria do panfleto, dos comícios, dos cartazes, das visitas nas feiras, das campanhas nos morros, ou seja, para conquistar o eleitor não basta mais ser apenas um respeitável representante da comunidade local. Em segundo lugar porque reforçam o trabalho de socialização cívica, Campanhas na imprensa, codificação jurídica e cruzadas morais se intensificam a partir de 1945, terminando por convencer o eleitor da importância do seu ato de votar, ou melhor, incutindo-lhe o desejo de expressar o seu julgamento diante das urnas.³⁵

Para o historiador José Murilo de Carvalho, o período de 1945-1964 foi “[...] à primeira experiência que se poderia chamar com alguma propriedade de democrática em toda história do país. Pela primeira vez, o voto popular começou a ter peso importante por sua crescente extensão e pela [...] crescente lisura do processo eleitoral”.³⁶

[...] Até 1964, houve liberdade de imprensa e de organização política. Apesar das tentativas de golpes militares, houve eleições regulares para presidente da República, senadores, deputados federais, governadores, deputados estaduais, prefeitos e vereadores. Vários partidos políticos nacionais foram organizados e funcionaram livremente dentro e fora do Congresso, à exceção do Partido Comunista, que teve seu registro cassado em 1947. Uma das poucas restrições sérias ao exercício da liberdade referia-se ao direito de greve. Greves só eram legais se autorizadas pela justiça do trabalho [...] O que não impediu que várias greves tenham sido feitas ao arpejo da lei”.³⁷

Como se estruturou o quadro partidário surgido em 1945? Os partidos políticos se estruturaram tendo como principal vetor o apoio ou a oposição a Getúlio Vargas.³⁸ Os de maior expressão nacional foram: a União Democrática Nacional (UDN), que se caracterizou como a principal oposição a Vargas; o Partido Social Democrático (PSD)³⁹ e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) como duas correntes políticas diferentes de sustentação a Vargas. Dessas, a primeira foi herdeira da estrutura das interventorias e a segunda surgiu de lideranças do meio sindical, estudantil e de políticos ligados às massas trabalhadoras urbanas. Quanto aos menores partidos em nível nacional, mas com influência em determinadas regiões do país, destacaram-se o Partido Social Progressista (PSP), o Partido de Representação Popular (PRP), o Partido Comunista

³⁵ CÂNEDO, Op. Cit., p. 538.

³⁶ CARVALHO, Op. Cit., p. 87-88.

³⁷ Idem, p. 127.

³⁸ Conforme a interpretação do brasilianista Thomas Skidmore, a política brasileira dividia-se – naquele contexto – entre os “de dentro” (situacionistas) e os “de fora” (oposicionistas). Os “de dentro” eram: políticos e burocratas ligados – na esfera estadual e federal – a estrutura administrativa estadonovista; os proprietários de terras, industriais e banqueiros que prosperaram no período varguista; e, por fim, os trabalhadores urbanos beneficiados pela legislação social. Já os “de fora”, formavam um grupo heterogêneo cuja confluência de ideias e projetos – principalmente liberais – deve-se a oposição a Vargas. SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975, p. 78-89.

³⁹ No Rio Grande do Sul, o Partido Social Democrático (PSD) se tornará um diretório dissidente.

Brasileiro (PCB), o Partido Republicano (PR), o Partido Libertador (PL), o Partido Democrata Cristão (PDC), o Partido Socialista Brasileiro (PSB), entre outros.

Considerando, sobretudo, a primeira década do período democrático a Guerra Fria, o petróleo, bem como a política sindical e trabalhista permearam os principais enfrentamentos políticos. Em torno dessas três questões alinharam-se apoiadores e opositores de Getúlio Vargas. “[...] À medida que a luta se aprofundava, polarizavam-se as posições”.⁴⁰

[...] De um lado ficavam os nacionalistas, defensores do monopólio estatal do petróleo e de outros recursos básicos, como a energia elétrica, partidários do protecionismo industrial, da política trabalhista, da independência na política externa. Para esses, os inimigos eram entreguistas, pró-americanos, reacionários, golpistas. Do outro lado estavam os defensores da abertura do mercado ao capital externo, inclusive na área dos recursos naturais, os que condenavam a aproximação entre o governo e os sindicatos, os que queriam uma política externa de estreita cooperação com os Estados Unidos. Os oponentes eram por eles estigmatizados como comunistas, sindicalistas, demagogos e golpistas.⁴¹

Considerações finais

O sistema eleitoral e partidário estava se consolidando no país e, apesar das dificuldades, era uma experiência privilegiada nas suas circunstâncias para a implantação de clivagens duradouras na sociedade. Logo, o período entre 1945 e 1964 pode ser compreendido como um processo de construção de uma experiência democrática brasileira por meio da estruturação dos partidos políticos, do aperfeiçoamento dos mecanismos eleitorais e do povo como ator político.

O processo de democratização não representou um corte abrupto na história política brasileira e as estruturas estadonovistas permaneceram no período democrático (1945-1964). Todavia, apesar das limitações, a partir de 1945 a participação do povo na política aumentou significativamente, tanto pelo aspecto eleitoral quanto pela ação política organizada em partidos, ligas camponesas e outras associações.

Pela primeira vez, o voto popular começou a ter peso importante por sua crescente extensão e pela crescente lisura do processo eleitoral. Os partidos vão intensificar as relações entre o eleitor e o candidato, mas também a concorrência entre os próprios candidatos. Portanto, o exercício dos direitos civis e políticos alcançaram novo patamar no período. Enfim, o respectivo período é à primeira experiência que se poderia chamar com alguma propriedade de democrática em toda história do país.

⁴⁰ CARVALHO, Op. Cit., p. 128.

⁴¹ Idem, p. 128-129.